

CB
27/1/92 6
230

PACOTE ECOLÓGICO

Governo anuncia criação de novas áreas de proteção ambiental para amenizar impacto do aumento dos desmatamentos na Amazônia

Ronaldo Brasiliense e
Warner Bento Filho
Da equipe do Correio

O presidente Fernando Henrique pode anotar mais um recorde de seu governo: a maior taxa anual de desmatamento da Amazônia da última década. Em 1995, primeiro ano da era FHC, desapareceram 29.059 quilômetros quadrados de florestas da região. É o equivalente a cinco vezes a área do Distrito Federal. Corresponde a mais do dobro das derrubadas registradas um ano antes: 14.896 quilômetros quadrados.

O desmatamento nos dois primeiros anos deste governo chega a 47.220 quilômetros quadrados — uma área maior que o estado do Rio de Janeiro. Para 1997 — cujas contas ainda não foram fechadas — a estimativa é de que os números se aproximem dos de 1992, ano da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, quando a taxa de desmatamento ficou em 13.786 quilômetros quadrados.

Os números, obtidos a partir de imagens do satélite Landsat, se referem à Amazônia Legal, que inclui nove estados das regiões Norte e Centro-oeste. O anúncio foi feito ontem na sede do Instituto Nacional de Pesqui-

sas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP), pelos ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, e Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia.

Desde que assumiu, em janeiro de 1995, o governo não tinha divulgado dados de desmatamento. Os últimos dados sobre desmatamentos na maior floresta tropical do planeta revelados pelo Inpe referem-se aos governos Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994). As estatísticas conhecidas sobre desmatamentos mostram que a Amazônia já perdeu, ao longo deste século, 469.978 quilômetros quadrados de suas florestas tropicais nativas — 12 vezes a área do estado do Rio de Janeiro.

Para o ambientalista Roberto Smeraldi, da organização não governamental Amigos da Terra, a taxa de desmatamento de 1996 (de 18.161 quilômetros quadrados) surpreende mais que a do ano anterior. "Em 1995,

havia a euforia do Plano Real e um longo período de secas na Amazônia, o que propiciou desmatamentos", ensina. "Para 1996 esperávamos taxas de desmatamentos menores porque foi um ano de muita chuva em toda a Amazônia", completa.

MEDIDAS

Para minimizar o impacto negativo do aumento dos desmatamentos nos últimos três anos, o governo também anunciou dez medidas relacionadas ao assunto. Deste total, porém, apenas duas entram em vigor

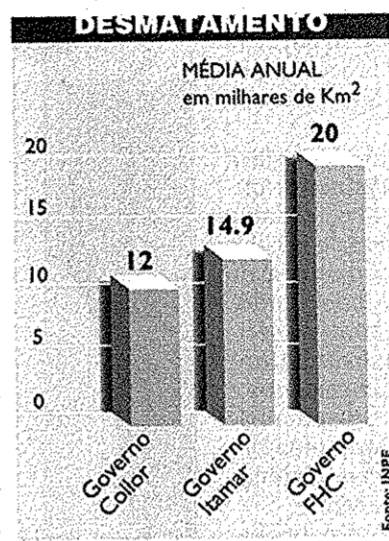
imediatamente: a implantação do programa de Florestas Nacionais e a elaboração de normas para o manejo florestal comunitário de produtos madeireiros e não madeireiros. As outras medidas ainda dependem de convênios, nova legislação, projeto ou dinheiro. Caso da garantia de proteção de pelo menos 10% da área da Amazônia por meio de unidades de conservação. Não há verba prevista nem plano de implementação

disso. Mesmo assim, o governo quer passar a ideia de que é a medida mais

importante anunciada no pacote.

"Faremos uma investigação das causas da ampliação no desmatamento em 12 localidades da Amazônia, onde vamos entrevistar pelo menos 1.200 produtores rurais e analisar cerca de 30 parâmetros", disse o presidente do Ibama, Eduardo Martins.

Os estados mais atingidos pelos desmatamentos foram, pela ordem, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre — áreas de fronteira agrícola do país. Houve redução de desmatamentos no Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins. O último levantamento do Inpe mostra o estado do Pará como o mais devastado da Amazônia: uma área de 160.355 quilômetros quadrados de florestas foi destruída, sendo 16 mil quilômetros quadrados somente de 1991 a 1994. O Amapá aparece como o estado menos devastado da região Norte, com apenas 1.736 quilômetros quadrados.



Exploração de madeira na Amazônia: nas imagens de satélite feitas pelo Inpe em 1997 já foi possível detectar variações de cor que poderiam indicar áreas degradadas pelos madeireiros

Satélites para sensoriamento

O Brasil entrará no próximo século com um alto grau de precisão e sofisticação tecnológica na captação de imagens espaciais da Amazônia. Estão sendo preparados cinco novos satélites de sensoriamento remoto que devem entrar em órbita entre julho deste ano e 2002. Com isso, a Amazônia será a floresta tropical melhor monitorada do planeta.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) vem desenvolvendo com a Academia Espacial Chinesa quatro unidades denominadas Satélites Sino-Brasileiros de Sensoriamento Remoto e Recursos Terrestres (Cbers). O primeiro deles será colocado em órbita em julho deste ano. Os próximos estão previstos para os anos de 1999, 2001 e 2002.

O programa prevê ainda o lançamento da série de satélites de sensoriamento remoto (SSR), produzidos pelo Inpe com tecnologia nacional. A família SSR irá cobrir a faixa equatorial da Terra e municiará os centros científicos com imagens da Amazônia, diminuindo o custo de aquisição do material de pesquisa. Segundo a direção do instituto, o primeiro satélite deste tipo chegará ao espaço em 2001.

O Ministério da Ciência e Tecnologia vem estudando a possibilidade de um convênio com o Canadá para a utilização do Radarsat. Esse equipamento utiliza a frequência de radar na captação de imagens de solo. Ele leva grande vantagem sobre os satélites de leitura óptica, pois consegue transpor as nuvens e registra a fisionomia da superfície sem comprometimento das informações.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

DESTRUIÇÃO PODE SER MAIOR

A destruição da Floresta Amazônica pela ação do homem é muito maior do que apontam os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) — a degradação pode chegar ao dobro. As imagens do satélite usado pelo Inpe, o Landsat, mostram apenas a derrubada de florestas. Ou seja, o corte de todas as árvores de determinada região, para a plantação de lavouras ou para a criação de gado.

A ação dos madeireiros, por exemplo, não é detectada. Para explorar madeira não é necessário derrubar todas as árvores. São retiradas da floresta só as árvores de valor comercial — não mais de 20 espécies, no mais das vezes.

Vista pelo satélite, a floresta de onde se retirou madeira tem o mesmo aspecto da mata virgem. O erro é drástico. Alterada dessa maneira, a floresta se empobrece. Embora a maioria das árvores fique de pé, a biodiversidade se perde.

Nas imagens de 1997, segundo os técnicos, foi possível detectar variações de cor que poderiam indicar áreas degradadas pelos madeireiros.

O fogo rasteiro, que queima sob a copa das árvores, também passa despercebido aos olhos do satélite — e é mais extenso do que se imagina. Estimativas das organizações não governamentais indicam que esse tipo de queimada atinge cerca de 9 mil quilômetros quadrados de flo-

resta por ano — a maior parte em áreas já exploradas para madeira.

Os números anunciados ontem também comprovam a tese de que os pequenos proprietários da Amazônia são os maiores consumidores de floresta. Os motivos são óbvios: falta de assistência técnica, de financiamentos, de máquinas.

Entre as medidas, a transformação de 10% da área da Amazônia em unidades de conservação se destaca como uma das mais importantes. Segundo o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, 9,5% da floresta já estão protegidos. Faltariam 5 milhões de hectares. (W.B.F)